

CURRICULUM VITAE

JOEL DIAS FIGUEIRA JÚNIOR

Atualizado em 15 de maio de 2023

SUMÁRIO

I - DADOS PESSOAIS	3
II - FORMAÇÃO ACADÊMICA	3
III - IDIOMAS.....	4
IV - ATIVIDADES PROFISSIONAIS JURÍDICAS	4
4.1. Poder Judiciário de Santa Catarina	
4.2. Advogado	
4.3. Árbitro	
V - ATIVIDADE DOCENTE	7
5.1 Graduação	7
5.2 Pós-graduação	7
VI - ATIVIDADE INSTITUCIONAL.....	10
VII – CONCURSOS NACIONAIS	11
VIII - OBRAS PUBLICADAS	12
8.1 Autoria individual	12
8.2 Em Coautoria	14
IX - ARTIGOS PUBLICADOS	18
X - PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS	23

I. DADOS PESSOAIS

Data de nascimento: 10 de fevereiro de 1959

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Florianópolis/SC

CPF: 376.085.509-10 / RG 737.586-SSI/SC / OAB-SC 56.142

Filiação: Jaimira Cardoso Figueira e Joel Dias Figueira

Estado civil: Divorciado

Contatos: e-mail: *figueirajradvogados@gmail.com*

Tels. 0055 (48) 9.9989.34.94 / (48) 3282-9606

Instagran: joelfigueirajunior

Site: www.joelfigueirajr.com.br

II. FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Pós-doutor em Direito Processual Civil: *Università D'egli Studi di Firenze*, Itália, 2011/2012. Linhas de pesquisa: *Arbitragem; Mediação; Crise da jurisdição e tempo de duração do processo.*

Orientadores: Remo Caponi e Nicolò Trocker.

- Doutor em Direito Processual Civil: Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, Brasil, 1997.

Tese defendida: *Arbitragem, jurisdição e execução.*

Orientador: Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto.

Avaliação: nota máxima = 10,0 (dez), por unanimidade, com distinção e louvor

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto; Prof. Dr.

Donaldo Armelin; Prof. Dr. João Batista Lopes; Prof. Dr. Carlos Alberto

Carmona e Prof. Dr. Antônio Marcato.

- Mestre em Direito Processual Civil: Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, Brasil, 1995.
Dissertação defendida: *Tutela liminar antecipatória nas ações possessórias*.
Orientador: Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto.
Avaliação: nota máxima = 10,0 (dez), por unanimidade, com distinção e louvor
Banca examinadora: Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto; Prof. Dr. Donaldo Armelin e Prof. Dr. João Batista Lopes.
- Especialista em Direito Civil e Processo Civil, *Università D'egli Studi di Milano*, Itália, 1988/1990.
Orientadores: Giuseppe Tarzia e Giovanni Cattaneo
- Bacharel em Direito: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Brasil, 1982.

III. IDIOMAS

- Português (língua nativa)
- Italiano: Leitura, escrita e comunicação (fluyente)
- Espanhol: Leitura, escrita e comunicação (intermediário)
- Francês: Leitura, escrita e comunicação (intermediário)
- Inglês: Leitura, escrita e comunicação (básico)

IV. ATIVIDADES PROFISSIONAIS JURÍDICAS

4.1. Poder Judiciário de Santa Catarina

- Secretário Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 1983 a 1984.
- Juiz de Direito - Ingresso (posse) na Magistratura Estadual do Estado de Santa Catarina em 28 de dezembro de 1984.
- Juiz de Direito Substituto na Comarca de Timbó/SC, a partir de janeiro de 1985 até fevereiro de 1985.
- Juiz de Direito Substituto na Comarca de Itajaí/SC, a partir de março de 1985 até janeiro de 1988.
- Promovido para o cargo de Juiz de Direito da Vara Única de Tangará/SC, a

partir de fevereiro de 1988 até fevereiro de 1989.

- Juiz de Direito da Vara Única de Dionísio Cerqueira/SC, a partir de março de 1989 até setembro de 1989.
- Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Campos Novos/SC, a partir de outubro de 1989 até janeiro de 1992.
- Juiz de Direito em Joaçaba/SC, de fevereiro de 1992 até abril de 1993.
- Removido para o cargo de Quarto Juiz Especial em Joinville/SC, a partir de maio de 1993 até novembro de 1997.
- Juiz de Direito de Entrância Especial em Joinville/SC, a partir de dezembro de 1997 até novembro de 1999.
- Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Joinville/SC e Presidente da 5ª Turma Recursal de 1999/03.
- Juiz de Direito Substituto de 2º Grau, a partir de setembro de 2005 até março de 2009.
- Promovido para o cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em janeiro de 2009.
- Desembargador membro da 1ª Câmara de Direito Civil, a partir de março de 2009 até fevereiro de 2013.
- Desembargador membro da 6ª Câmara de Direito Civil, a partir de março de 2013 até abril de 2014.
- Presidente da Comissão do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, gestão 2014 a 2016.
- Desembargador membro da 4ª Câmara de Direito Civil, a partir de abril de 2014 até julho de 2019. Presidente do Colegiado a partir de outubro de 2016 até julho de 2019.
- Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aposentado em 24 de julho de 2019.

4.2. Advogado

Advogado OAB/SC n. 56.142

Sócio Fundador de *Figueira Júnior – Advogados* (Socio Fundador).

Consultor Jurídico da Bornholdt Advogados (Joinville-SC e São Paulo capital)

Presidente da Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Lei que deu origem ao PL 6.204/2019 (*Desjudicialização da Execução Civil*)

Integrante do Grupo de Trabalho criado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Min. Luiz Fux, para “contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de execução e cumprimento de sentença, excluídas as execuções fiscais” (Portaria 285/2020);

- Integrante do Grupo de Trabalho criado pela Senadora Soraya Thronicke para tratar do tema da “Desjudicialização” (14/6/21);

4.3. Árbitro

Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - CAMARB -

Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná - ARBITAC

Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada - CAMES

Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Paraná - CAMFIEP

Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA

Câmara FGV de Mediação e Arbitragem

V. ATIVIDADE DOCENTE

5.1 Graduação

- Professor da Fundação Educacional da Região de Blumenau – FURB. 1986.
- Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, 1992 a 1993.
- Professor do curso de graduação FURB – Blumenau, 1996.
- Professor titular da UNIVILLE – Joinville, 1996 a 1997.
- Professor da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, 1998.

5.2. Pós-Graduação

- Professor colaborador dos Professores Dra. Thereza Alvim e Dr. Donaldo Armelin. Curso de Mestrado (Subárea – Direito Processual Civil) – PUC São Paulo, 1994 a 1995.
- Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Universidade Paulista – UNIP. São Paulo, 1996.
- Professor do Instituto de Ciências Jurídicas – INCIJUR. Cursos de Especialização, Atualização, Extensão Universitária e Preparatório para Concursos Públicos. Joinville/SC, 1996 a 2005.
- Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil do IBEJ. Curitiba/PR, 1997.
- Professor convidado dos Cursos de Especialização e Mestrado da UNISUL. Tubarão/Florianópolis/SC, 1997 a 1999.
- Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da UFSC. Florianópolis/SC, 1997 a 2004.
- Professor convidado da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Coordenador da Produção Científica e implantação dos Cursos de Mestrado/Doutorado. Canoas/RS, 1998.
- Professor convidado dos Cursos de Especialização e Mestrado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa/PR, 1998 a 1999.
- Coordenador e Professor convidado do Curso de Especialização da UFPR (convênio com INCIJUR). Joinville/Curitiba, 1999 a 2005.

- Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Faculdade Integrada de Vitória/ES, 2000 a 2003.
- Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil do Instituto de Ensino Superior Abreu Judice. Vitória/ES, 2001.
- Professor convidado da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte – Especialização em Direito Processual Civil, 2002.
- Professor convidado da Pós-graduação em Direito da PUC. São Paulo/SP, 2002 a 2003.
- Professor convidado do Instituto Brasileiro de Direito Processual – Curso de Pós-graduação “lato sensu” em Direito Processual Civil. Brasília/DF, 2003 a 2004.
- Coordenador Científico do Curso de Especialização em Direito Processual Civil – Instituto de Ciências Jurídicas, 2003 a 2005.
- Professor convidado do Curso de Pós-graduação “lato sensu” em Direito – CESUSC. Florianópolis/SC, 2005.
- Professor convidado do Curso de Pós-graduação “lato sensu” em Direito Processual Civil” – CESUSC. Florianópolis/SC, 2009.
- Professor convidado da UNIDAVI – Rio do Sul/SC, 2010.
- Professor convidado da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC. Florianópolis/SC, 2010 a 2011.
- Professor convidado da FGV/SP – Especialização em Direito Civil. Curso de 20 horas/aula ministrado na Escola Superior da Magistratura da Paraíba/PB, 2013.
- Membro de Banca Examinadora de Dissertação em Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Mestrando: Edson Fernando Hauagge. “Vias alternativas de resolução de conflitos e a falta de paridade entre as partes”. outubro de 2000.
- Membro de Banca Examinadora de Dissertação em Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Mestrando: Jorge de Oliveira Vargas. “As consequências da desobediência da ordem do juiz cível: sanções pecuniária e privativa de liberdade”. outubro de 2000.

- Membro de Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestranda: Denise Ferragi Hungria. “Análise da prova emprestada no processo civil”. Novembro de 2012.
- Professor convidado da Escola Superior da Magistratura do Rio de Janeiro, 2018.
- Professor permanente da Academia Judicial - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- Professor permanente da Escola Superior da Magistratura – ESA, de Santa Catarina.
- Professor da Pós-graduação do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC

VI. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

- Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.
- Membro da Comissão de Revisão do Código Civil de 2002 - Assessor da Relatoria-Geral da Comissão Especial da Câmara dos Deputados (Relator: Deputado Ricardo Fiuza).
- Membro do Instituto Ibero-americano de Direito Processual.
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP.
- Membro do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON.
- Membro do Instituto dos Magistrados do Brasil.
- Sócio Fundador e Presidente do Instituto de Ciências Jurídicas – INCIJUR, gestão 1999/2002-2005.
- Membro do Conselho Consultivo da Corte Catarinense de Mediação e Arbitragem, 1998 a 2000.
- Membro do Conselho Editorial da Revista Bonijuris.
- Membro da Associação de Direito de Família e das Sucessões – ADFAS/Presidente da Sessão Estadual de Santa Catarina.
- Membro do Conselho Editorial da Revista Direito & Medicina, Revista dos Tribunais – RT, São Paulo.
- Presidente da Comissão para Estudos e Proposta Legislativa sobre a Execução Extrajudicial de Títulos Cíveis – ANOREG (Associação dos Notários e Registradores do Brasil) que deu origem ao PL 6.204/19.
- Presidente da Diretoria Estadual do Instituto Brasileiro de Direito Contratual IBDCont (Santa Catarina)
- Membro do Grupo de Trabalho instituído pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Min. Luiz Fux (Portarias 272 e 295/2020) com o escopo de contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de execução civil e cumprimento de sentença.

VII. CONCURSOS NACIONAIS

7.1. Aprovado em concurso público de provas e títulos para ingresso na Magistratura Catarinense (3º colocado). Florianópolis, 1984.

7.2. Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor de na Área Jurídica da Universidade da Região de Joinville. Joinville/SC, dezembro de 1995.

7.3. Concurso Nacional de Monografias promovido pela Associação dos Juízes Federais – AJUFE (1º colocado) “O monopólio jurisdicional e as soluções alternativas de conflitos”. Brasília, 1998.

VIII - OBRAS PUBLICADAS

8.1. *Autoria individual*

1. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 3ª ed. 2019.
2. **Ação de busca e apreensão em propriedade fiduciária**. São Paulo: Saraiva, 2ª. ed., 2018.
3. **Código de processo civil sistematizado em perguntas e respostas**. São Paulo: Saraiva, 2017.
4. **Juizados especiais da fazenda pública: comentários à Lei n. 12.153 de 22 de dezembro de 2009**. São Paulo: Saraiva, 3ª. ed., 2017.
5. **Liminares nas ações possessórias**. Rio de Janeiro: GEN-Forense (no prelo).
6. **Manual da arbitragem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
7. **Posse e ações possessórias: volume I – fundamentos da posse**. Curitiba: Juruá, 1994.
8. **Comentários ao Código de Processo Civil: volume 4 – tomo I, do processo de conhecimento (arts. 270 a 281)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2007.
9. **Comentários ao Código de Processo Civil: volume 4 – tomo II, do processo de conhecimento (arts. 282 a 331)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2007.
10. **Procedimento sumário: lei 9.245, de 26.12.1995**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 3ª ed., 2012.
11. **Manual dos juizados especiais cíveis estaduais e federais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
12. **Comentários à novíssima reforma do CPC: lei 10.444, de 07 de maio de 2002**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

13. **Arbitragem (legislação nacional e estrangeira) e o monopólio jurisdicional.** São Paulo: LTr, 1999.
14. **Da competência nos juizados especiais cíveis.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
15. **Responsabilidade civil do Estado-Juiz.** Curitiba: Juruá, 1995.
16. **Lições de teoria geral do processo.** Florianópolis, 1992.
17. **Da posse e dos direitos reais.** Florianópolis, 1982.

8.2. *Em Coautoria*

1. *et al.* **Código civil comentado** (SILVA, Regina Beatriz Tavares da – Coord.). São Paulo: Saraiva, 10^a ed., 2016.
2. *et. al.* **Arbitragem – Atualidades e Tendências** (FERREIRA, Olavo Augusto V. Alves & LUCON, Paulo – Coord.). *Arbitragem e precedentes judiciais*, pp. 143/159. Ribeirão Preto: *Migalhas*, 2019.
3. & NETO, Fernando da Costa Tourinho. **Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários à lei n. 10.259, de 12-7-2001**. São Paulo: Saraiva, 4^a ed., 2019.
4. & NETO, Fernando da Costa Tourinho. **Juizados especiais estaduais cíveis e criminais: comentários à lei n. 9.099/1995**. São Paulo: Forense, 9^a ed., 2023.
5. & CHINI, Alexandre. **CNJ e a Efetivação da Justiça** (LAMACHIA, Cláudio; FERREIRA, Antônio e MONTEIRO Valdetário – Org.). *Desjudicialização do processo de execução*, pp. 181/199. Brasília: OAB-Conselho Federal, 2019.
6. *et al.* **Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito civil III** (ALVIM, Arruda *et al* Org.). “O advogado que tenha contra si decretada prisão civil por inadimplemento de obrigação alimentícia não tem direito de cumprir a restrição em sala de Estado Maior ou em prisão domiciliar”. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2017.
7. *et al.* **Programa de atualização em Direito: PRODIREITO: Direito Processual Civil** (BUENO, Cassio Scarpinella *et al* Org.). “Sentença e coisa julgada”. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2017.
8. *et al.* **Direito imobiliário: escrito em homenagem ao professor Ricardo Pereira Lira** (AZEVEDO, Fábio de Oliveira *et al* Org.). “Lineamentos sobre a posse e as ações possessórias”. São Paulo: Atlas, 2015.
9. *et al.* **Execução civil e temas afins – do CPC/1973 ao novo CPC: estudos em homenagem ao professor Araken de Assis** (ALVIM, Arruda *et al*

Org.). “Execução simplificada e a desjudicialização do processo civil: mito ou realidade”. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

10. *et al.* **A prova no direito processual civil: estudos em homenagem ao professor João Batista Lopes** (NETO, Olavo de Oliveira *et al* Org.). “Provas e requisitos à obtenção da tutela antecipatória previsto no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro”. São Paulo: Verbatim, 2013.
11. *et al.* **Grandes temas de direito de família e das sucessões** (SILVA, Regina Beatriz Tavares da *et al* Org.). “Ação de fiscalização de pensão alimentícia (exegese do art. 1.589 do código civil”. São Paulo: Saraiva, 2011.
12. *et al.* **Filosofia do direito contemporâneo: Homenagem ao professor Nicolau Apóstolo Pitsíca** (Figueira Jr., Joel Dias Coord.). “A equidade como elemento axiológico de interpretação, integração e correção da norma jurídica ao caso concreto e o princípio da legalidade”. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
13. *et al.* **Processo Civil - Novas tendências: homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior** (JAYME, Fernando Gonzaga *et al* Org.). “(Des)cumprimento de ordem judicial emanadas de sentença ou de decisão interlocutória”. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
14. *et. al.* **Juizados Especiais: homenagem ao Desembargador José Fernandes Filho**. “Uniformização de jurisprudência - incidente processual a desserviço do jurisdicionado e violador de princípios processuais constitucionais orientadores dos juizados especiais cíveis” (SILVA, Augusto Vinícius Fonseca Org.). Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
15. *et al.* **O terceiro no processo civil brasileiro e assuntos correlatos: estudos em homenagem ao Professor Athos Gusmão Carneiro** (DIDIER JR, Fredie *et al* Org.). “Intervenção de terceiro nos juizados especiais cíveis”. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

16. *et al.* **Tutelas de urgência e cautelares.** (ARMELIN, Donaldo Org.). “A crise do processo civil clássico, a superação pelo sincretismo das ações através do instituto jurídico da antecipação de tutela e a concepção originária de Ovídio Araújo Baptista da Silva acerca do tema”. São Paulo: Saraiva, 2010.
17. *et al.* **Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira** (JAYME, Fernando Gonzaga *et al* Org.). “Jurisdição de equidade e jurisdição de direito - exegese do artigo 127 do CPC e do artigo 109 do PL 166/20101”. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
18. *et al.* **Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira** (FABRÍCIO, Adroaldo Furtado Org.). “Do recurso cabível contra ato judicial que posterga a análise de pedido de antecipação de tutela para momento subsequente ao oferecimento de resposta”. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
19. *et al.* **Responsabilidade civil do fabricante e intermediários por defeitos de equipamentos e programas de informática** (STOCO, Rui & FIGUEIRA JR. Joel Dias Coord.). “Tutelas jurisdicionais inibitórias e ressarcitórias fundadas na responsabilidade civil decorrente dos efeitos jurídicos do bug do ano 2000”. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
20. *et al.* **Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil** (RIBEIRO, Flávia & MEDEIROS NETO, Elias Org.). “Da constitucionalidade da execução civil extrajudicial – Análise dogmática do PL 6.204/2019. Curitiba: Juruá Editora, 2020.
21. *et al.* **Lei do Inquilinato – Exame dos 30 anos da Lei de Locação Urbana – Estudos em Homenagem ao Prof. Sylvio Capanema de Souza** (Coord, BARBOZA, Heloisa Helena, GAMA, Guilherme & NEVES, Thiago). “Critérios de Cobrança do Rateio de Despesas Condominiais: O Pensamento de Sylvio Capanema de Souza”, n. 12, pp. 191/206. Cidade Nova: Editora Foco, 2021.

22. *et al.* **Arbitragem e o Direito Processual** (Coord. LEITÃO, Cristina & MARINONI, Luiz Guilherme). “Ação Anulatória” (Desconstitutiva) de sentença arbitral”, n. 23, pp. 443/479. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2021.
23. *et al.* **25 anos da Lei da Arbitragem.** (Coord. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Paulo Henrique dos Santos Lucon). “Cláusula compromissória em contrato de adesão e de consumo”, pp. 278/292. São Paulo: Ed. Migalhas, e-book. 2021.
24. *et. al* **Execução Civil – Novas Tendências. Estudo em homenagem ao Professor Arruda Alvim** (Coord. Marco Aurelio Bellizze, Aluisio Castro Mendes, Teresa Arruda Alvim e Trícia Cabral). *O Agente de Execução no PL 6.204/19: Por que somente o tabelião de protestos?* Pp. 653/673). Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

IX - ARTIGOS PUBLICADOS

1. **A extensão do conceito de ‘boa-fé’ em limitação ao direito de propriedade definida no art. 1.228, § 4º, do Código Civil - o controvertido instituto da "expropriação judicial".** *Revista autônoma de direito privado*, vol. I (ALVIM, Arruda Org.). Curitiba: Juruá, 2006; *Revista de direito privado*, vol. 21/123. São Paulo: RT, jan.- mar. 2005; *Informativo INCIJUR*, n. 68/1, mar. 2005.
2. **Julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo. Análise do art. 285-A do CPC (Lei 11.277, de 7 de fevereiro de 2006).** *Revista Bonijuris* n. 510/14-16, maio de 2006; *Revista autônoma de processo*, n. 2..
3. **Municipalização da justiça – justiça participativa e coexistencial.** *Informativo INCIJUR*, nº 58/1-5, ano 5, maio de 2004.
4. **Tutela antecipada nas ações de rescisão contratual por inadimplemento em relação de consumo.** *Informativo INCIJUR*, nº 17/1-3, ano 2, dezembro de 2002; *RT* vol. 789/90; *Revista Bonijuris*, n. 452/17.
5. **A propriedade fiduciária como novo instituto de direito real no código civil brasileiro de 2002.** *Informativo INCIJUR*, nº 32/1, ano 3, março de 2002; *Revista Bonijuris*, n. 464/6, jul. 2002.
6. **O princípio constitucional da igualdade em confronto com a lei que confere tratamento processual privilegiado aos idosos - Análise da constitucionalidade da Lei 10.173, de 9/1/2001.** *Informativo INCIJUR*, nº 20/5-6, ano 2, março de 2001; *Revista Consulex*, n. 107/30; *Boletim Informativo Juruá*, n. 290/10 – maio/01; *Boletim Informativo Bonijuris*, n. 445/5791 – maio/01.
7. **Ações sincréticas e embargos de retenção por benfeitorias no atual sistema e no 13.0 anteprojeto de reforma do código de processo civil – Enfoque às demandas possessórias.** *Revista de Processo*, v. 98/7-27, abril de 2000.

8. **Técnicas diferenciadas coercitivas voltadas à efetivação da tutela antecipatória genérica: aplicação de multa (“astreintes”) e prisão por descumprimento à ordem judicial (“contempt of court”).** *Informativo IN-CIJUR*, nº 16/3-5, ano 2, novembro de 2000.
9. **Simetria entre a jurisdição pública e a privada e a garantia constitucional de acesso à justiça.** *Informativo INCIJUR*, nº 3, ano 1, outubro de 1999.
10. **Cláusula compromissória, contrato de adesão e juízo arbitral.** *Revista de Direito Processual Civil*, v. 11/93-96, janeiro de 1999; *Revista de Direito do Consumidor*, v. 30/85; *Boletim Informativo Bonijuris*, n. 364, de 10/2/99, p. 4561; *Boletim Informativo Juruá*, n. 206, pp. 8/11, jan. 99.
11. **Da constitucionalidade dos arts. 6º, 7º, 41 e 42 da Lei de Arbitragem (9.307/96) – a questão da inafastabilidade do controle jurisdicional.** *Revista Jurídica* nº 245/28-31, março de 1998; *Repertório IOB de Jurisprudência*, n. 21, 1ª quinzena de nov./97, Caderno 3, p. 432. *RT*, vol. 752/61; *Tribuna da Magistratura – Caderno de doutrina set./out./97*, pp 242/244.
12. **Reflexões em torno da tutela antecipatória genérica diferenciada satisfativa. A questão de sua aplicabilidade aos procedimentos especiais.** *Jurisprudência Catarinense* nº 74/35, abril de 1994; *Jurisprudência Brasileira*, v. 176/81; *Revista AJURIS*, vol. 65/228..
13. **Proposta substitutiva da alteração parcial do projeto de lei n. 4.348/98 (Deputado Ibrahim Abi-Ackel).** *Jurisprudência Catarinense* nº 81/63-72, janeiro de 1988.
14. **Usucapião especial. Comentários à Lei 6.969 – de 10/12/81.** *Jurisprudência Catarinense* nº 35/49 – 1º trimestre 1982.
15. **A exceção de domínio nos códigos civil e processual civil após o advento da lei 6.820 de 16/09/80.** *Revista de Processo* v. 33/131; *Jurisprudência Brasileira* v. 79/15 e *Jurisprudência Catarinense* v. 40/31.
16. **A metodologia no exame do trinômio processual: pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa. O pensamento do Prof.**

Alfredo Buzaid. *Revista de Processo* v. 72/335; *Jurisprudência Brasileira* v. 172/33 e *Jurisprudência Catarinense* v. 71/31.

17. **Alfredo Buzaid – o grande processualista, mestre e chefe de escola (homenagem póstuma).** *Revista de Processo* v. 71/372 e *Jurisprudência Catarinense* v. 70/51.
18. **Fundamentos, abrangência e efeitos da sentença que reconhece a exceção de domínio na lide possessória.** *Revista de Processo* v. 42/279; *Jurisprudência Brasileira* v. 88/13; *Jurisprudência Catarinense* v. 44/37.
19. **O acesso ao poder judiciário.** *RT* v. 686/19; *Jurisprudência Brasileira* v. 166/69 e *Jurisprudência Catarinense* v. 68/31.
20. **O valor da causa nas ações possessórias.** *RT* v. 651/35; *Jurisprudência Brasileira* v. 159/55 e *Jurisprudência Catarinense* v. 64/53.
21. **Tipologia das tutelas de urgência.** *Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina* v. 1/194.
22. **O acesso ao Poder Judiciário – conclusões e sugestões apresentadas no XII Congresso Nacional da Magistratura em Belo Horizonte.** *Boletim Informativo Bonijuris*, n. 128, p. 1404, 1992.
23. **A missão conciliatória do juiz.** *Jornal Diário Catarinense*, de 9/11/1992; *Jornal da Magistratura*, junho/92; *Boletim Informativo Bonijuris*, n. 129, p. 1414, 1992.
24. **Avocatória e o princípio do juiz natural.** *Boletim Informativo Bonijuris*, n. 123, p. 1347, 1992.
25. **Violência Urbana e pena de morte.** *Boletim Informativo Bonijuris*, p. 1311, 1992.
26. **Acesso à justiça e tutela de urgência. O pleno acesso à ordem jurídica justa e a efetividade do processo.** *Jurisprudência Catarinense*, v. 73/27; *Jurisprudência Brasileira*, v. 177/161.
27. **Tutela antecipatória acautelatória – Fungibilidade dos pedidos: análise do art. 273, § 7º do CPC instituído pela Lei 10.444, de 7 de maio de 2002.** *Informativo INCIJUR*, p. 116, maio 2002.

28. **O princípio da sucumbência nos juizados especiais cíveis: análise do art. 54 da Lei 9.099/95.** *Revista do advogado*, agosto/1997.
29. **Acesso à jurisdição arbitral e os conflitos decorrentes das relações de consumo.** *Informativo INCIJUR*, n. 11/2, 2000.
30. **A trama recursal no processo civil brasileiro e a crise da jurisdição estatal.** *Revista de Processo*, v. 188/265, 2010.
31. **Conflitos patrimoniais e meios de resolução de controvérsias** (em coautoria com o Doutor Jurandir Sell Macedo). *Revista Relações com Investidores* nº 128/49-51, fevereiro de 2018.
32. **O alvissareiro projeto de lei 6.204/19 – Desjudicialização de títulos executivos civis e a crise na jurisdição estatal.** www.migalhas.com.br (5/12/2019).
33. **Arbitragem e conflitos tributários.** www.migalhas.com.br (15/10/2019).
34. **Arbitragem e jurisdição estatal – Vantagens e desvantagens.** *Revista Catarinense de Soluções de Conflitos – RCSC*, n. 7, pp. 33/35. 2019.
35. **Desjudicialização da execução civil – As razões do PL 6.204/19.** www.migalhas.com.br (7/7/2020).
36. – **Da constitucionalidade da execução civil extrajudicial. Análise dogmática do PL 6.204/2019.** *Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil* (coletânea de estudos org. Flávia Ribeiro e Elias Medeiros Neto). Curitiba: Juruá Editora, 2020, pp. 517/544; *Revista Forense*, n. 432 e blog <http://genjuridico.com.br/revistaforense/>
37. **O fenômeno global da desjudicialização, o PL 6.204/19 e a Agenda 2030/ONU-ODS** (em coautoria de Arruda Alvim). www.migalhas.com.br (16/11/20); www.conjur.com.br (30/11/20); *Revista Justiça e Cidadania*, n. 245/32-34, jan/21.
38. **Razões para atribuir as funções de “agente de execução” aos tabeliães de protesto: Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil - PL 6.204/19** (em coautoria de Arruda Alvim). www.migalhas.com.br (1º de fevereiro de 2021).
39. **Cláusula compromissória em contrato de adesão e de consumo.** <http://genjuridico.com.br/revistaforense/>; blog notícias www.camesc.com.br

- 40. Revisitando a proposta legislativa da desjudicialização da execução Civil. Sugestões para aprimoramento do PL 6.204/19. www.migalhas.com.br (2/8/21).**
- 41. Sistemática processual dos leilões eletrônicos e a arrematação de bens mediante pagamento parcelado www.migalhas.com.br (19/8/21).**
- 42. Razões para conferir exclusivamente aos tabeliães de protesto a nova atribuição de *agente de execução*: simetria e pertinência temática – breves considerações sobre o PL 6.204/19. www.migalhas.com.br (19/8/21).**
- 43. “Estudo de impacto jurimétrico aplicado à desjudicialização da execução civil – Análise do PL 6.204/19. www.migalhas.com.br (14/4/22).**

X - PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

- *Seminario di Diritto Civile. Università Degli Studi di Milano.* Tema: “*Il possesso, la proprietà e le loro rispettive tutele.* Milão, 6 de abril de 1990.
- III Simpósio de Direito Processual Civil. Curitiba/PR, maio de 1994.
- Simpósio sobre posse e ações possessórias. Rio de Janeiro/RJ, outubro de 1994.
- Seminário sobre a Lei nº 9.099/95 - Juizados Especiais. AMC/ESMESC. Florianópolis/SC, novembro de 1995.
- Seminário - Juizados Especiais de Causas Cíveis e Criminais. Blumenau/SC, março de 1996.
- II Seminário de Processo Civil e Penal. FURB. Blumenau/SC, março de 1996.
- I Encontro Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados - Juizados Especiais de Causas Cíveis e Criminais. AMC/ESMESC. Joaçaba/SC, abril de 1996.
- IV Simpósio de Curitiba - Processo Contemporâneo. Faculdade de Direito de Curitiba/PR, maio de 1996.
- Curso de Aprimoramento - OAB/SC. Joinville/SC, junho de 1996.
- II Encontro Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados. AMC/ESMESC. Chapecó/SC, junho de 1996.
- IV Encontro Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados. Joinville/SC, julho de 1996.
- Ciclo Intensivo - OAB/SC. Lages/SC, julho de 1996.
- Ciclo Intensivo - OAB/SC. Balneário Camboriú/SC, agosto de 1996.
- I Simpósio Serrano de Direito Processual. UNIPLAC. Lages/SC, agosto de 1996.
- 1º Congresso Genesis - Direito Processual Civil. Foz do Iguaçu/PR, setembro de 1996.
- Ciclo Intensivo - OAB/SC. Balneário Camboriú/SC, outubro de 1996.
- III Semana Jurídica - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, outubro de 1996.
- I Simpósio Jurídico sobre Contrato de Seguro. Curitiba/PR, novembro de 1996.
- X Encontro dos Magistrados do Rio Grande do Norte. Natal/RN, novembro de

- 1996.
- Ciclo Intensivo de Direito Processual. OAB/SC. Tubarão/SC, novembro de 1996.
 - 1º Ciclo de Atualidades em Direito Civil e Processual. Instituto de Direito Interdisciplinar. Campo Grande/MS, dezembro de 1996.
 - Ciclo de Palestras Prof. Antônio Joaquim Dantas. Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, abril de 1997.
 - II Jornada Brasileira de Direito Processual. UFSC. Florianópolis/SC, abril de 1997.
 - Ciclo Intensivo de Direito: Aspectos destacados da Lei 9.099/95. ESA/OAB-SC. Araranguá/SC, abril de 1997.
 - Curso de Direito Processual Civil e Juizados Especiais Cíveis. ESMARN. Natal/RN, maio de 1997.
 - I Encontro de Coordenadores de Juizados Especiais. AMARN, TJRN, ESMARN. Natal/RN, maio de 1997.
 - Congresso Florianopolitano de Atualidades Jurídicas. UNIVALI/OAB/SC. Florianópolis/SC, maio de 1997.
 - XII Conferência dos Advogados Catarinenses. OAB/SC. Balneário Camboriú/SC, junho de 1997.
 - Ciclo Intensivo de Processo Civil. O Novo Agravo. ESA/OAB-SC, Jaraguá do Sul/SC, julho de 1997.
 - I Congresso Brasileiro de Direito Processual e Juizados Especiais. INCIJUR. Florianópolis/SC, agosto de 1997.
 - II Simpósio Internacional de Direito Processual. OAB/MS. Campo Grande/MS, outubro de 1997.
 - Curso de Atualização para Magistrados. ESMS - AMANSUL. Campo Grande/MS, outubro de 1997.
 - Semana Jurídica. Universidade Dom Bosco. Campo Grande/MS, outubro de 1997.
 - Seminário de Direito Processual Civil. UNISANTOS. Santos/SP, outubro de 1997.
 - I Jornada Jurídica Paraibana. APMP, AMPB, AMAJME. João Pessoa/PB,

novembro de 1997.

- XI Encontro Estadual de Magistrados do Rio Grande do Norte. Natal/RN, dezembro de 1997.
- Seminário Nacional - O Direito no Terceiro Milênio. Universidade Luterana do Brasil. Canoas/RS, dezembro de 1997.
- Ciclo de Debates sobre a Lei da Arbitragem. AMP-ESMP-TAPR-TJPR. Curitiba/PR, dezembro de 1997.
- I Simpósio Brasileiro de Direito Processual Civil – “As reformas do Sistema Instrumental: Presente e futuro”. INCIJUR. Joinville/SC, abril de 1998.
- IV Simpósio de Direito Civil e Processual Civil - Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro/RJ, maio de 1998.
- I Encontro de Direito e Turismo. Aracati/CE, agosto de 1998.
- X Jornadas Latino-americanas de ALMED. Asociación Latinoamericana de Mediación, Metodología y Enseñanza del Derecho. Universidad Libre de Primavera em Búzios. Búzios/RJ, outubro de 1998.
- Semana Jurídica da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande/MS, outubro de 1998.
- V Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais. Salvador/BA, maio de 1999.
- V Congresso Catarinense de Magistrados. Itajaí/SC, junho de 1999.
- I Encontro Estadual de Oficiais de Justiça (1ª parte). Fraiburgo/SC, junho de 1999.
- III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. Salvador/BA, junho de 1999.
- I Encontro Estadual de Escrivães. Fraiburgo/SC, junho de 1999.
- I Encontro Estadual de Oficiais de Justiça (2ª parte). Fraiburgo/SC, julho de 1999.
- Encontro Regional de Magistrados. Joinville/SC, agosto de 1999.
- XVI Congresso Brasileiro de Magistrados. Elaborador da Tese apresentada pela Associação dos Magistrados Catarinenses. Gramado/RS, setembro de 1999.
- IV Simpósio Serrano de Direito. Universidade do Planalto Catarinense.

UNIPLAC. Lages/SC, setembro de 1999.

- III Congresso de Magistrados do Mercosul. Florianópolis/SC, novembro de 1999.
- Escola Superior do Ministério público/SC. Aula Inaugural. Florianópolis/SC, março de 2000.
- Escola Superior do Ministério público/SC. Aula Inaugural. Joinville/SC, março de 2000.
- Escola Superior da Magistratura/SC. Florianópolis/SC, abril de 2000.
- V Congresso Brasileiro e III Congresso Mineiro de Direito do Consumidor. Belo Horizonte/MG, maio de 2000.
- Seminário Internacional sobre Mediação e Arbitragem. Universidades Associadas da América Latina/UNIAAL e Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro/RJ, setembro de 2000.
- III Jornada Brasileira de Direito Processual. Universidade Federal de Santa Catarina. "Tutelas de Urgência - Aspectos Constitucionais". Florianópolis/SC, dezembro de 2000.
- Circuito de Atualização Profissional - Recursos e Meios de Impugnação. FIC - UNAES. Recursos e Meios de Impugnação. Campo Grande/MS, maio de 2001.
- Simpósio de Direito Civil - O Novo Código Civil Brasileiro. "Direito das Coisas - A posse e a propriedade no novo Código". Escola Superior da Advocacia. Recife/PE, maio de 2001.
- IV Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil - IBDP. Fortaleza/CE, agosto de 2001.
- Seminário - Juizados Especiais Federais - Afirmação da Cidadania - TRF 4a Região. Porto Alegre/RS, setembro de 2001.
- Seminário de Direito Processual Civil - UFPR - Lançamento da Obra Comentários ao Código de Processo Civil. Curitiba/PR, setembro de 2001.
- Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor - Escola de Advocacia do Recife, novembro de 2001.
- II Seminário Estadual de Direito - Associação dos Magistrados Catarinenses. Joinville, novembro de 2001.

- Encontro de Juízes Federais da 1ª Região - Juizados Especiais Federais. Escola da Magistratura Federal 1ª Região. Brasília, fevereiro de 2002.
- I Congresso de Processo Civil e Direito Civil de Mato Grosso do Sul - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, março de 2002.
- Congresso de Processo Civil. Escola Superior do MP/RS e PUC/RS. Porto Alegre, março de 2002.
- I Seminário Internacional sobre Direito Arbitral - Câmara de Arbitragem de Minas Gerais e Instituto dos Advogados/MG. Belo Horizonte/MG, maio de 2002.
- Ciclos de Estudos sobre o novo Código Civil - Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Joinville, agosto de 2002.
- I Congresso Internacional de Direito da Universidade do Contestado. Caçador/SC, agosto de 2002.
- Ciclos de Estudos sobre o novo Código Civil - Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Florianópolis/SC, setembro de 2002.
- Jornada de Direito Civil - Conselho da Justiça Federal e Centro de Estudos. Brasília/DF, outubro de 2002.
- 1ª Jornada Jurídica da Justiça Federal de Joinville e 7ª Jornada Brasileira sobre Temas da Justiça Federal - Justiça Federal de Santa Catarina. Joinville/SC, outubro de 2002.
- Constituição e Direito Civil - Novas Perspectivas. Instituto Sul Americano de Direito e Estudos Contemporâneos. Foz do Iguaçu/PR, outubro de 2002.
- Ciclos de Estudos sobre o Novo Código Civil. Tribunal de Justiça de Santa Catarina, março de 2003.
- Inovações do Código Civil Brasileiro. Tribunal de Justiça da Paraíba. João Pessoa/PB, maio de 2003.
- Simpósio sobre o Novo Código Civil. Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos e Sociais. Campinas/SP, maio de 2003.
- Curso de Atualização em Direito. Escola Superior do Ministério público/RN, junho de 2003.
- Solução de Conflitos Comerciais - Arbitragem. Centro Brasileiro de Arbitragem. Rio de Janeiro/RJ, junho de 2003.

- Solução de Conflitos Comerciais - Arbitragem. Centro Brasileiro de Arbitragem. São Paulo/SP, junho de 2003.
- V Jornada Brasileira de Direito Processual Civil. Foz do Iguaçu/SC, agosto de 2003.
- XV Foro Nacional dos Juizados Especiais. TJSC. Florianópolis/SC, maio de 2004.
- XVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Goiânia/GO, novembro de 2005.
- 10ª Semana Jurídica – Direito de Excelência. UFSC. Florianópolis/SC, novembro de 2006.
- Conferência BADESC. Florianópolis/SC, dezembro de 2006.
- Congresso da Escola Superior do Ministério Público da União. Congresso Releitura da intervenção do Ministério Público no Processo Civil individual e coletivo. Tema: Juizados Especiais e a intervenção do Ministério Público. Curitiba/PR, junho de 2007.
- XII Simpósio Sul-Brasileiro de Direito e Processo. Florianópolis/SC, maio de 2008.
- VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Florianópolis/SC, maio de 2008.
- I Fórum de Debates da Academia Brasileira de Direito Civil. Nova Lima/MG, novembro de 2008.
- Semana Jurídica do CESUSC. Florianópolis/SC, novembro de 2008.
- VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual - Tema: Controle Judicial sobre a Arbitragem – Florianópolis/SC, maio de 2008.
- XII Simpósio Sul-Brasileiro de Direito e Processo - Tema: Descumprimento de Ordem Judicial. Florianópolis/SC, maio de 2008.
- XXIV Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Florianópolis/SC, novembro de 2008.
- Semana Jurídica do CESUSC. Florianópolis/SC, maio de 2009.
- XXII Encontro Pan-Americano de Direito Processual. Goiânia/GO, agosto de 2009.
- Responsabilidade Civil do Estado-Juiz - FGV - São Paulo/SP, setembro de

2009.

- Semana Jurídica realizada no CESUSC. Florianópolis/SC, maio de 2009.
- Congresso de Procuradores - Palestra "Controle Jurisdicional e a Arbitragem". Curitiba/PR, junho de 2010.
- Ciclo de Palestras da Semana do Advogado. OAB Joinville/SC, outubro de 2010.
- XIV Simpósio Serrano de Direito. Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Lages/SC, setembro de 2010.
- Congresso de Direito Processual – Desafios do Novo Processo Civil e Penal – Homenagem ao Prof. Luiz Guilherme Marinoni. Curitiba/PR, outubro de 2010.
- Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Tema: Juizado Especial da Fazenda Pública. Florianópolis/SC, 8 de outubro de 2010.
- Aula em turma de Especialização *Lato Sensu* em Direito e Gestão Judiciária - Academia Judicial de Santa Catarina. Florianópolis/SC, abril de 2011.
- Aula Magna - UNISUL - Curso de Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil; Tema: Princípios Constitucionais Direito Civil e Processual Civil – Florianópolis/SC, maio de 2011.
- I Seminário de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Santa Catarina – SECMASC. Tema: 15 Anos de Consolidação da Arbitragem no Brasil - Lei n. 9.307/96. Florianópolis/SC, agosto de 2011.
- XIII Congresso Nacional dos Procuradores Federais e XIV Curso Especial de Advocacia do Estado: "O novo Código de Processo Civil e as Repercussões na Advocacia Pública" - Florianópolis/SC, novembro de 2012.
- VI Jornada de Direito Civil – 10 anos de vigência do Código Civil – Membro das Comissões de Trabalho, Brasília/DF, março de 2013.
- Curso de Juizados Especiais Cíveis - Escola Superior da Magistratura da Paraíba. João Pessoa/PB, setembro de 2013.
- XXXIV FONAJE - Recursos e meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis - Expectativas e frustrações. Pernambuco/PE, novembro de 2013.
- Jornadas Luso-brasileiras de Direito da Família e Sucessões - Universidade

de Lisboa, março de 2014.

- Jornada Internacional de Direito Civil. Gramado/RS, maio de 2014.
- Palestra na OAB de Florianópolis, com o tema: Autocomposição no Novo CPC: Mito ou Realidade? Florianópolis/SC, junho de 2016.
- Fórum de debates da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC. Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. “O Código Civil e a Família”. São Paulo/SP, setembro de 2016.
- Palestra na OAB de Laguna, com o tema Autocomposição no Novo CPC: Mito ou Realidade?. Laguna/SC, novembro de 2016.
- XII Congresso de Direito Universidade Federal de Santa Catarina. Tema: “Acesso à jurisdição arbitral”. Florianópolis/SC, maio de 2017.
- Palestra - UNIVALI - III Congresso Catarinense de Direito Processual Civil, agosto de 2017.
- Congresso Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC - IX Fórum de Debates da Academia Brasileira de Direito Civil. São Paulo/SP, setembro de 2017.
- XLII FONAJE Juizados Especiais: Preservação dos Fundamentos da Justiça Cidadã. Curitiba/PR, novembro de 2017.
- Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - Curso Turmas recursais: 1ª, 2ª e 3ª Turmas. Palestra: “O FONAJE e a experiência dos Juizados Especiais no Brasil”. Rio de Janeiro/RJ, junho a outubro de 2018.
- XLIII FONAJE - Palestra: “IRDR e uniformização de jurisprudência”. Macapá/AP, julho de 2018.
- XII Jornadas Brasileiras de Direito Processual - Palestra: “Juizados Especiais - Subsidiariedade do CPC aos prazos processuais”. Belo Horizonte/MG, agosto de 2018.
- V Congresso Iberoamericano de Direito de Família e das Pessoas com o tema: "Família e Pessoa: uma questão de Princípios". São Paulo/SP, agosto de 2018.
- II Jornada de Direito Processual Civil. Brasília/DF, agosto de 2018.
- VI *Meeting* dos Profissionais do Direito Privado juntamente com o X Fórum de Debates da Academia Brasileira de Direito Civil – Seminário “O direito

- civil nos 30 anos da Constituição de 1988”. Instituto dos Advogados de São Paulo-IASP. “Direito fundamental à moradia”. São Paulo/SP, setembro de 2018.
- XV Fórum Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina e XVI Encontro Estadual de Turmas de Recursos. Aula Magna – Tema: “Realidade e desafios dos Juizados Especiais em Santa Catarina”. Florianópolis/SC, outubro de 2018.
 - XLIV FONAJE – Tema debatido: “Judicialização da saúde no Brasil”. Rio de Janeiro/RJ, novembro de 2018.
 - Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, dezembro de 2018.
 - Reunião ordinária da Comissão de Sistema da Informação e Gestão do FONAJE. Brasília/DF, março de 2019.
 - Seminário de Soluções Jurídicas para o Setor Imobiliário e Turístico. Florianópolis/SC, abril de 2019.
 - VII ENJESP - Encontro dos Juízes de Direito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, abril de 2019.
 - XLV FONAJE – Tema debatido: “Revisão das leis dos juizados especiais”. Florianópolis/SC, junho de 2019.
 - I Seminário “Conversas de Impacto – Proteção Jurídica aos Gestores Públicos” – Federação Catarinense dos Municípios – FECAM - Tema: “MP 881/2019 – Novo conceito de liberdade econômica”. São José/SC, 31 de julho de 2019.
 - II Congresso Brasileiro de Processo Civil e V Congresso de Processo Civil de Florianópolis – Tema: “A (in)observância de precedentes judiciais em juízo arbitral”. Florianópolis/SC, julho de 2019.
 - Câmara de Mediação e Arbitragem – CMAA: “Jurisdição Estatal x Jurisdição Arbitral – A importância do tema no desenvolvimento nacional”. Florianópolis/SC, 21 de agosto de 2019.
 - Academia Judicial – Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR/TJSC – Conferência Inaugural - Curso Preparatório para Juízes Leigos: “Juizados Especiais Cíveis – Retrospectiva e expectativas”. Balneário Camboriú/SC, 23 de

agosto de 2019.

- Congresso Brasileiro Direito de Família – IBDFAM/OAB-SC. Tema: “Arbitragem em Direito de Família e Sucessões” – Florianópolis, 14 de setembro de 2019.
- Palestra de Lançamento do IX Seminário de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Santa Catarina – SECMASC – Tema: “Arbitragem – Retrospectiva e Expectativas”. CDL- Palhoça/SC, 9 de setembro de 2019.
- VIII Encontro Catarinense de Direito das Famílias e Sucessões. *A arbitragem no direito de família e sucessões*. OAB - Florianópolis, 17 de setembro de 2019.
- IX Seminário de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Santa Catarina – SECMASC – Tema: “Arbitragem – Um novo modelo de Justiça”. UNISUL – Palhoça/SC, 27 de setembro de 2019.
- 1º Simpósio de Direito Processual Penal – 30ª Subseção da OAB-SC Tema: “Relativização da coisa julgada na composição dos danos civis em transação penal” - Paria do Rosa – SC, 10/10/19.
- Encontro de Arbitragem CMAA – Os precedentes Vinculantes se aplicam à arbitragem? – ACIF Matriz – Florianópolis/SC, 17/10/2019.
- 46º Fórum Nacional dos Juizados Especiais - FONAJE – Tema: “Juizados Especiais: Efetividade no Acesso à Justiça” – Foz do Iguaçu, 20 de novembro de 2019.
- I Seminário, Medidas Extrajudiciais para Desjudicialização – Painel I Medidas Extrajudiciais para Recuperação de Crédito (Prov. 72) - Brasília, 3 de dezembro de 2019.
- Encontro Nacional dos Notários e Tabeliães de Protesto. *Execução extrajudicial de títulos civis e o PL 6.209/19*. Associação dos Notários e Registradores do Brasil/ANOREG, Brasília/DF, 4 de março de 2020.
- Curso Introdutório de Arbitragem – *Interação da arbitragem e o Poder Judiciário*. Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA (*on line – YouTube*), 16 de julho de 2020.
- Live Academia de Direito Civil – ABDC. *instagram@marioluizdelgado*. “Reflexões sobre a desjudicialização no Brasil e a crise da jurisdição estatal”

(coparticipação de Mario Delgado). 2/7/20.

– Webinar. Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem. CBMA. Curso Introdutório de Arbitragem. “Controle jurisdicional e meios de impugnação da decisão arbitral”. 16/7/20)

– WebESA instagran@esaoabsc. “Arbitragem, desjudicialização e os objetivos da agenda 2030 ONU/ODS” (coparticipação de Marcus Vinícius Borges), 22/7/20.

– Congresso ESA-OAB-SP – *Reflexões sobre a desjudicialização da execução. Aspectos destacados do PL 6.204/19 (on line You Tube)*, 31 de julho de 2020.

– Live ANOREG-PR e IEPTB-PR. *Desjudicialização: o protesto em prol da eficiência e da celeridade da justiça* (coparticipação de Cláudio Marçal Freire e Alexandre Chini), 14/8/20.

– Live youtube.com/canal TJSC. *Aplicação do novo CPC na produção da prova no procedimento arbitral* (coparticipação de Willian Santos Ferreira e Lírío Hohmann Jr), 18/8/20.

– FONAJE Live 29. *Agenda 2030/ONU-ODS e Meta 9 do Poder Judiciário: prevenção e desjudicialização de conflitos* (com a coparticipação de Kazuo Watanabe), 16/11/20

- Webinar OAB-SP (101ª Subseção). *Desjudicialização da execução civil – PL 6.204/19*. 9/12/20

- Webinar Curso Prático de Arbitragem – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem-CBMA. Curso *on line* “Técnicas de Advocacia: sofisticação, eficiência e organização – processo decisório” . *Youtube CPA*, 9/2/21

- Webinar – *Desjudicialização e o PL 6.204/19 - Mesa Redonda* com Prof. Arruda Alvim e Senadora Soraya Thronicke; *YouTube canal Soraya Thoricke*, 14/6/21

- Webinar – *Live Grupo de Debates sobre “Desjudicialização”*. Escritório Arruda Alvim & Thereza Alvim

- Webinar – Escola Nacional de Notários e Registradores – ENNOR. *Palestra de Encerramento. Desjudicialização*. 15/7/21.

- Webinar – “Desjudicialização da Execução Civil” – Instituto dos Advogados de

São Paulo – IASP, 18/6/21

- Seminário “Online” – Novos Rumos da Execução no Brasil – UERJ. Desjudicialização da Execução. Painel 5. 20/8/21
- Webinar – Foro Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE: “Desjudicialização e o PL 6.204/19 (exposição com a Senadora Soraya Thronicke). 13/9/21
- X Seminário de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Santa Catarina – SECMASC (*online*). “Sentença Arbitral e sua desconstituição.” 14/9/21.
- XIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual – 26 a 28/9/21 (evento *on line*): Palestra proferida no Painel 52: *Desjudicialização da execução civil: Razões para conferir exclusivamente aos tabeliães de protesto a nova atribuição de “agente de execução” – simetria e pertinência temática.*
- Webinar – Desjudicialização e o PL 6.204/19 - Mesa Redonda com Min. Marco Aurélio Buzzi e Senadora Soraya Thronicke. No YouTube canal Soraya Thoricke, 22/10/21.
- Webinar – Encontro de Notários e Registradores. Tribunal de Justiça de Rondônia e Escola da Magistratura. “Desjudicialização da Execução Civil”. YouTube.com/EscolaEmeron. 28/10/21.

Canal OAB-SC. Jurimetria , Advocacia e a atividade econômica brasileira. Florianópolis, 24 de março de 2022.

Aula Magna – Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC. “Análise Econômica do Direito. Crise da Jurisdição e Efetividade do Processo”. Florianópolis, 3 de agosto de 2022.

Jornadas da Advocacia – Etapa Litoral Sul. Laguna, 5 de agosto de 2022.

3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 12 e 13 de agosto de 2022.

18º Encontro Nacional Convergência – Tabeliães de Protesto. Goiania, 21 a 23 de setembro de 2022.

Congresso Catarinense de Direito das Famílias e Sucessões. Blumenaim 30 de setembro de 2022.

III Congresso Brasileiro de Processo Civil – VIII Congresso de Processo Civil de Florianópolis. Florianópolis, 16 de setembro de 2022.

XIV Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Gramado, 23 a 25 de outubro de 2022.

Seminário Catarinense de Direito Contratual. Florianópolis, 25 de outubro de 2022.

II Conferência Nacional de Arbitragem – OAB Nacional. Florianópolis 27 a 28 de abril de 2023.

51º FORO NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS- FONAJE. Florianópolis, 24 a 26 de maio de 2023.